INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

INTERNATIONALIZATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: A BIBLIOMETRIC STUDY

INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL: UN ESTUDIO BIBLIOMÉTRICO

10.56238/IICONEDUCA-044

Caroline Mendes Pessoa
Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP)
Instituição: Universidade Federal de Viçosa (UFV)
E-mail: caroline.pessoa@ufv.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-3999-6906

Odemir Vieira Baêta
Doutor em Administração
Instituição: Universidade Federal de Viçosa (UFV)
E-mail: odemirbaeta@ufv.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9855-3599

Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci
Mestre em Extensão Rural
Instituição: Universidade Federal de Viçosa (UFV)
E-mail: carlamucci@yahoo.com.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0050-6020

RESUMO
Este artigo apresenta um estudo bibliométrico sobre a internacionalização do ensino superior no Brasil, com base em um corpus de 30 artigos indexados na Web of Science (WoS), obtidos a partir da combinação dos descritores "Internationalization", "Higher Education Institution" e "Internationalization of Higher Education", com aplicação de filtros de tipo de documento (artigos), acesso aberto e região (Brasil). A pesquisa analisou as características da produção científica, autoria, periódicos, evolução temporal e impacto, e organizou os artigos em quatro blocos temáticos: (1) Políticas e estratégias de internacionalização; (2) Internacionalização rítica, Sul Global e decolonialidade; (3) Mobilidade, experiências e internacionalização em casa; e (4) Língua, cultura e internacionalização do currículo. É possível perceber um crescimento da produção a partir de 2016, concentração na área de Educação/Pesquisa Educacional, predominância de publicações em inglês e necessidade de um debate crítico que pressione os modelos hegemônicos com perspectivas decoloniais e inclusivas. A pesquisa contribui para o mapeamento do estado do conhecimento sobre o tema no contexto brasileiro e evidencia lacunas para futuras investigações.

Palavras-chave: Internacionalização do Ensino Superior. Bibliometria. Políticas Educacionais. Sul Global. Decolonialidade.

ABSTRACT
This paper presents a bibliometric study on the internationalization of higher education in Brazil, based on a corpus of 30 articles indexed in the Web of Science (WoS). Articles were retrieved through a combination of descriptors "Internationalization", "Higher Education Institution", and "Internationalization of Higher Education", filtered by document type (articles), open access, and region (Brazil). The study analyzed publication characteristics, authorship, journals, temporal evolution, and citation impact, and organized the articles into four thematic clusters: (1) Policies and Strategies for Internationalization; (2) Critical Internationalization, Global South, and Decoloniality; (3) Mobility, Experiences, and Internationalization at Home; and (4) Language, Culture, and Curriculum Internationalization. Results reveal significant growth in production from 2016 onward, concentration in the Education/Educational Research area, predominance of English-language publications, and the emergence of a critical debate that challenges hegemonic models through decolonial and inclusive perspectives. The study contributes to mapping the state of knowledge on the topic in the Brazilian context and identifies gaps for future research.

Keywords: Internationalization of Higher Education. Bibliometrics. Educational Policies. Global South. Decoloniality.

RESUMEN
Este artículo presenta un estudio bibliométrico sobre la internacionalización de la educación superior en Brasil, basado en un corpus de 30 artículos indexados en Web of Science (WoS), obtenidos a partir de la combinación de los descriptores "Internationalization", "Higher Education Institution" e "Internationalization of Higher Education", con aplicación de filtros de tipo de documento (artículos), acceso abierto y región (Brasil). La investigación analizó las características de la producción científica, autoría, periódicos, evolución temporal e impacto, y organizó los artículos en cuatro bloques temáticos: (1) Políticas y estrategias de internacionalización; (2) Internacionalización crítica, Sur Global y decolonialidad; (3) Movilidad, experiencias e internacionalización en casa; y (4) Lengua, cultura e internacionalización del currículo. Es posible percibir un crecimiento de la producción a partir de 2016, concentración en el área de Educación/Investigación Educativa, predominancia de publicaciones en inglés y necesidad de un debate crítico que presione los modelos hegemónicos con perspectivas decoloniales e inclusivas. La investigación contribuye a la cartografía del estado del conocimiento sobre el tema en el contexto brasileño y evidencia brechas para futuras investigaciones.

Palabras clave: Internacionalización de la Educación Superior. Bibliometría. Políticas Educacionales. Sur Global. Decolonialidad.

1 INTRODUÇÃO

A internacionalização passou a ocupar um espaço importante nas agendas da educação superior nas últimas décadas, sobretudo com a intensificação da globalização, pela crescente mobilidade acadêmica e pela pressão dos *rankings* acadêmicos internacionais. Ela deixou de exercer um papel secundário para se tornar elemento-chave nas estratégias das Instituições de Ensino Superior (IES) do mundo todo. Nesse contexto, diferentes definições do termo foram surgindo e sendo confrontadas e entre as mais difundidas está a proposta de Jane Knight. Em sua formulação seminal de 1994, ela definiu a internacionalização como o processo de integração de uma dimensão internacional e intercultural nas funções de ensino, pesquisa e serviço da instituição. Posteriormente, em uma definição revisada publicada em 2004, Knight ampliou o conceito para compreendê-lo como a integração de dimensões internacionais, interculturais e globais aos objetivos, às funções e às atividades da educação superior, sendo esta a versão que ganhou maior reconhecimento por sua flexibilidade conceitual, permitindo adaptações a diferentes realidades institucionais e nacionais.

No entanto, essa ideia de internacionalização neutra, aplicável a qualquer contexto e sem favorecimento de interesses específicos tem sido contestada. Philip Altbach (2004) já alertava para os riscos da mercantilização da educação superior e para as assimetrias que o movimento de internacionalização pode reforçar entre países centrais e periféricos. Na América Latina, autores como Leal *et al.* (2020) e Finardi *et al.* (2020) denunciam que a internacionalização da forma como é praticada reproduz lógicas coloniais que beneficiam o Norte Global, privilegiam o inglês como língua legítima do conhecimento e desvalorizam as produções oriundas dos países do Sul. Essas críticas têm se aprofundado com o auxílio de referenciais como as *epistemologias do Sul* de Boaventura de Sousa Santos (2010), a *matriz modernidade/colonialidade* de Aníbal Quijano (2000) e o conceito de *locus de enunciação* de Walter Mignolo (2003), perspectivas que nos fazem questionar quem define as regras da internacionalização, em benefício de quem esse processo ocorre e quais saberes são reconhecidos ou invisibilizados.

No Brasil, a trajetória da internacionalização foi influenciada tanto por limites impostos por desafios históricos quanto por oportunidades criadas por programas públicos de incentivo. Iniciativas como o Ciência sem Fronteiras (CsF), o Idiomas sem Fronteiras (IsF) e o Programa Institucional de Internacionalização da Capes (Capes-PrInt) ampliaram a mobilidade acadêmica, fomentaram parcerias internacionais e fortaleceram a inserção das universidades brasileiras em redes globais de pesquisa e cooperação científica. Ao mesmo tempo, persistem desafios como a dependência científica em relação aos países centrais, a concentração de recursos e infraestrutura de pesquisa, as dificuldades de financiamento contínuo e as assimetrias que marcam muitas parcerias acadêmicas internacionais.

Soma-se a isso, como já mencionado, a predominância do inglês como língua da produção científica global, fator que, como apontam Finardi *et al.* (2020) ao discutirem a chamada "assimetria anglófona", frequentemente limita a circulação e a visibilidade internacional da produção acadêmica brasileira.

Pesquisadores como Marília Morosini vem contribuindo para consolidar um posicionamento crítico sobre a inserção brasileira na geopolítica do conhecimento desde pelo menos 2006, ano em que realizou, a partir de periódicos europeus e norte-americanos, o primeiro estado do conhecimento sistematizado sobre o tema. Desde então, a discussão evolui para uma concepção mais abrangente da internacionalização, que vai além da mobilidade estudantil ou da assinatura de acordos de cooperação e passa a incluir a transformação institucional em todas as suas dimensões, do currículo à gestão institucional. Essa compreensão, associada ao conceito de *internacionalização abrangente* discutido por autores como Hudzik e retomado por Knobel *et al.* (2020), ganhou ainda mais relevância com o Capes-PrInt, já que o programa exigiu das IES planos estratégicos de internacionalização, incentivando um olhar mais cuidadoso sobre seus caminhos e obstáculos.

O número de pesquisas sobre o tema cresceu de forma considerável, principalmente a partir da segunda metade da década de 2010. Esse crescimento acompanha o próprio desenvolvimento dessas políticas públicas de internacionalização e indica que o interesse pelo tema está diretamente ligado aos problemas estruturais do contexto brasileiro, já mencionados anteriormente. A esse debate somam-se questões sobre mobilidade acadêmica, virtualização da internacionalização e a dimensão linguístico-cultural do currículo, que igualmente estruturam a produção científica brasileira sobre o tema. Em conjunto, essas tensões organizam o campo em torno de quatro eixos que este estudo identifica e analisa: as políticas e estratégias institucionais de internacionalização; a perspectiva crítica, decolonial e voltada ao Sul Global; a mobilidade acadêmica, as experiências estudantis e as formas virtuais de internacionalização em casa; e, por fim, a dimensão linguístico-cultural e sua relação com o currículo.

Diante desse contexto, estudos bibliométricos têm se mostrado ferramentas importantes para mapear o estado do conhecimento em uma determinada área, identificar tendências, lacunas e redes de colaboração científica. Por ter um caráter analítico e descritivo, esse tipo de pesquisa não parte de um referencial teórico prévio fixo, mas constrói sua interpretação a partir dos próprios padrões e discussões encontrados na literatura mapeada. Como destacam Morosini e Mentges (2020), a análise sistemática da produção acadêmica permite não apenas quantificar o que foi produzido, mas também aprofundar a discussão sobre os principais debates e pontos de vista teóricos que dão sustentação ao campo.

Este artigo tem como principal objetivo realizar um estudo bibliométrico da produção científica brasileira sobre internacionalização do ensino superior indexada na *Web of Science* (WoS), visando identificar padrões de publicação, autores de maior destaque e os principais blocos temáticos que

organizam esse campo de pesquisa. A pergunta que orienta essa pesquisa é: como se caracteriza, quantitativa e qualitativamente, a produção científica brasileira sobre internacionalização do ensino superior indexada na WoS?

A fim de responder essa pergunta, o artigo organiza-se em três seções, além desta introdução. A segunda seção descreve os procedimentos metodológicos adotados, incluindo os critérios de busca, os filtros aplicados e os instrumentos de análise. A terceira seção apresenta e discute os resultados obtidos, organizados em quatro blocos temáticos identificados a partir da análise do corpus. Por último, as considerações finais reúnem os pontos mais importantes e sugerem possibilidades para pesquisas futuras.

2 METODOLOGIA

Para examinar a estrutura e a evolução da produção acadêmica sobre a internacionalização do ensino superior, adotou-se a bibliometria como ferramenta analítica central. Diferentemente de revisões narrativas, esse método possibilita a identificação sistemática de padrões de produtividade, redes de colaboração e impacto das publicações, conforme operacionalizado por Morosini e Mentges (2020). Embora a bibliometria contemple diferentes técnicas analíticas, incluindo redes de coautoria, cocitação e coocorrência de palavras-chave, este estudo concentrou-se na caracterização da produção científica e na análise temática dos artigos selecionados, a fim de compreender as principais discussões abordadas na literatura da área.

A coleta dos dados foi realizada na base *Web of Science* (WoS). A escolha dessa base justifica-se pela sua reconhecida confiabilidade, pelo rigoroso processo de seleção dos periódicos indexados e pela sua relevância no cenário científico internacional. O objetivo era analisar a produção com maior visibilidade internacional. Além disso, a WoS disponibiliza metadados padronizados que facilitam as análises bibliométricas, como informações sobre autoria, afiliação institucional, área de pesquisa, número de citações e *H-index*.

A estratégia de busca foi construída a partir de descritores em língua inglesa, dado que essa é a língua predominante de indexação na WoS. Foram utilizados os descritores “Internationalization” e “Higher Education Institution”, combinados com o operador booleano AND, que resultaram em 3.671 registros. Para refinar a busca, foi acrescentado o descritor composto “Internationalization of Higher Education”, reduzindo o resultado para 504 publicações.

Na sequência, foram aplicados filtros de refinamento para delimitar o corpus e garantir a pertinência e a qualidade das publicações selecionadas. Os filtros aplicados foram: (a) tipo de documento artigos científicos, por se tratarem de produções avaliadas por pares, resultando em 391

publicações; (b) acesso aberto, para garantir o acesso integral aos estudos, totalizando 149 publicações; e (c) região — Brasil, com o propósito de focar a investigação em pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro, chegando-se ao corpus final de 30 artigos. Optou-se por não estabelecer delimitação temporal, a fim de contemplar toda a produção indexada sobre o tema ao longo do tempo.

As quatro categorias identificadas foram: (1) Políticas e estratégias de internacionalização, com 11 artigos; (2) Internacionalização crítica, Sul Global e decolonialidade, com sete artigos; (3) Mobilidade, experiências e internacionalização em casa, com sete artigos; e (4) Língua, cultura e internacionalização do currículo, com cinco artigos. As categorias inicialmente sugeridas pelo NotebookLM foram posteriormente revisadas, refinadas e validadas pela autora por meio da leitura integral dos artigos e da análise de conteúdo baseada em Bardin (2016). Por fim, decidimos nomear essas categorias como blocos temáticos. O Quadro 1 sintetiza essa distribuição.

Quadro 1. Distribuição dos artigos por bloco temático

Bloco Temático	**Tema**	**Artigos (n)**	**Autores representativos**
1	Políticas e estratégias de internacionalização	11	Knobel *et al*. (2020); Morosini e*t al.* (2023); Guerra (2023)
2	Internacionalização crítica, Sul Global e decolonialidade	7	Leal *et al.* (2020); Santos (2017); Finardi *et al.* (2020)
3	Mobilidade, experiências e internacionalização em casa	7	Woicolesco *et al.* (2022a; 2022b); Zago; Bittencourt (2022);
4	Língua, cultura e internacionalização do currículo	5	Michels; Fernandes (2024); Melo (2018); Costa (2018)

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Foram utilizadas duas inteligências artificiais nesta pesquisa: (i) NotebookLM, para geração de imagem; (ii) Gemini, para revisão textual.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

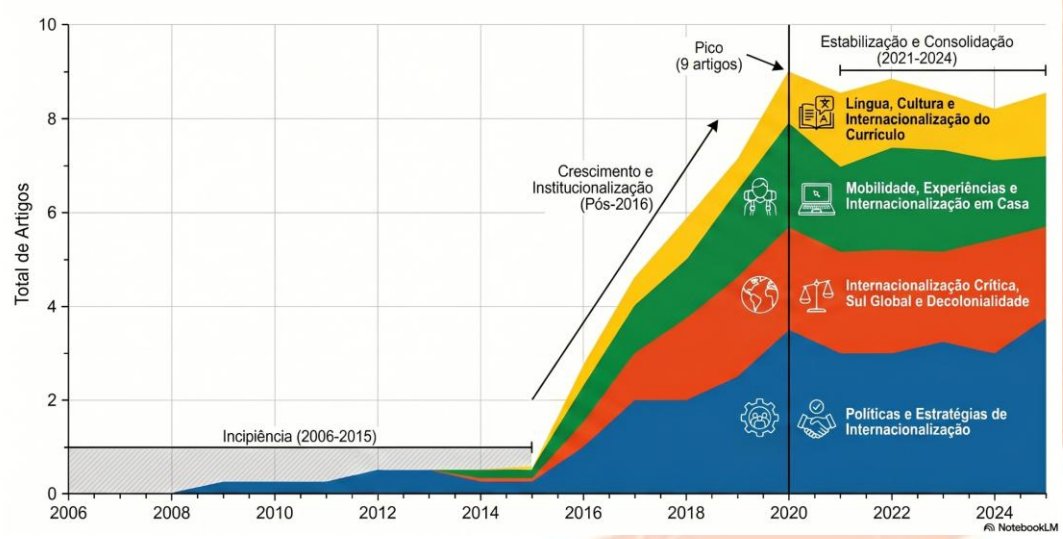
Os 30 artigos que compõem o corpus caracterizam um tema marcado por perspectivas teóricas contrastantes, desafios práticos e mudanças institucionais que vêm redefinindo continuamente a agenda da internacionalização da educação superior no Brasil. Em vários momentos, os estudos analisados sugerem que não há consenso sobre os rumos desse processo. Enquanto algumas abordagens dão ênfase à competitividade internacional das instituições, outras chamam atenção para desigualdades, relações de dependência e desequilíbrios estruturais, revelando o confronto entre lógicas gerenciais e críticas e descrevendo concepções de universidade divergentes: uma voltada para

o mercado e para a excelência medida por padrões externos, e outra voltada para a soberania epistêmica e a justiça social. Os resultados são apresentados a seguir em dois momentos: primeiro, as características gerais da produção encontrada e depois a discussão organizada a partir dos quatro blocos temáticos identificados.

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PRODUÇÃO

Entre 2006 e 2015, a produção científica sobre a internacionalização do ensino superior foi praticamente inexistente na WoS, com registros pontuais e isolados. A partir de 2016, nota-se um crescimento mais contínuo no número de publicações, que se intensifica após 2019. O ano de 2020 concentra o maior número de publicações de toda a série, com 9 artigos, coincidindo com o contexto da pandemia de covid-19 e com o amadurecimento progressivo do Capes-PrInt como política institucional. De 2021 a 2024, a produção se manteve estável, indicando maior regularidade nas pesquisas sobre a temática.

Figura 1. Evolução temporal das publicações brasileiras sobre internacionalização do ensino superior por bloco temático (2006-2024)



Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Conforme mostra a Figura 1, o bloco de políticas e estratégias concentra publicações ao longo de todo o período, enquanto o bloco de internacionalização crítica ganha mais força a partir de 2020, e o bloco de mobilidade e internacionalização em casa tem seu pico justamente em 2020, possivelmente impulsionado pela virtualização decorrente da pandemia.

Ao todo, os 30 artigos receberam 105 citações, correspondendo a uma média de 3,5 citações por artigo. Desconsiderando as autocitações, o total passa para 93, indicando que a maior parte do reconhecimento vem de outros pesquisadores. O *H-index* igual a 5 significa que pelo menos cinco

artigos receberam cinco ou mais citações cada, o que sugere impacto e visibilidade, mesmo que o número total de publicações não seja extenso. Esses dados são consistentes com os estudos de Alderete e Malacarne (2024), que identificaram crescimento exponencial das publicações brasileiras sobre o objeto estudado, especialmente em periódicos classificados como Qualis A na área de Educação.

A distribuição por idioma revela o predomínio do inglês, com aproximadamente 75% das publicações (113 dos 149 artigos identificados antes do filtro regional) nesse idioma. Cabe ressaltar que o inglês é a língua franca para publicações internacionais ou de periódicos brasileiros com projeção. O português aparece em segundo lugar, com 14% do total, enquanto russo, espanhol, polonês e turco apresentam frequências significativamente menores. No que diz respeito à autoria, a maioria dos pesquisadores possui apenas uma publicação no corpus, revelando dispersão da produção científica e ausência de forte concentração autoral no tema. Destaca-se Marília Morosini como a pesquisadora mais produtiva, com quatro publicações, seguida por Vanessa Woicolesco, com três. Essa distribuição sugere que o campo ainda não possui um núcleo consolidado de especialistas altamente produtivos, mas conta com contribuições pontuais de diferentes pesquisadores, o que pode ser interpretado tanto como sinal de abertura quanto como fragilidade na constituição de grupos de pesquisa estáveis.

A análise por área de pesquisa mostra que a grande maioria dos estudos está concentrada em Educação/Pesquisa Educacional, com 23 registros entre os 30 artigos. Economia Empresarial aparece com três publicações, enquanto Linguística e Literatura registram dois trabalhos cada. Embora o tema se aproxime de outros campos, como relações internacionais, gestão e linguística aplicada, sua produção científica permanece essencialmente situada no campo da Educação.

Tabela 1. Periódicos com maior número de publicações no corpus

Periódico	**Frequência (Artigos)**
Arquivos Analíticos de Políticas Educativas	6
ETD – Educação Temática Digital	5
Educação por Escrito	2
Ilha do Desterro	2
Administração: Ensino e Pesquisa	2
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	2
Educar em Revista	2
Journal of Studies in International Education	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A concentração de artigos em periódicos como Arquivos Analíticos de Políticas Educativas e ETD – Educação Temática Digital, ambos de acesso aberto e com forte linha editorial crítica, sugere

que o debate sobre internacionalização no Brasil possui respaldo prioritariamente de veículos comprometidos com análises de políticas educacionais e perspectivas do Sul Global, em detrimento de periódicos de circulação estritamente comercial ou voltados a *rankings*.

3.2 BLOCO TEMÁTICO 1: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

O primeiro bloco temático é o de maior volume do corpus, reunindo 11 artigos, e concentra estudos voltados às políticas públicas, aos programas governamentais e às estratégias institucionais que caracterizam o desenvolvimento da internacionalização das IES brasileiras. Esses artigos preocupam-se principalmente com o "como" da internacionalização, como planejar, como gerir, como avaliar. A análise desse conjunto nos permite perceber uma forte tendência da transição do foco no indivíduo, característica observada no período do Ciência sem Fronteiras (CsF), para a institucionalização das ações de internacionalização, materializada no programa Capes-PrInt (Knobel *et al*., 2020; Morosini *et al*., 2023).

Knobel *et al*. (2020) apresentam a trajetória de três programas federais, CsF, Idiomas sem Fronteiras (IsF) e PrInt, e apontam uma mudança gradual na forma como a internacionalização passou a ser discutida no Brasil. É possível identificar a passagem de um modelo mais passivo e dependente para a tentativa de fortalecimento da autonomia institucional, embora ressaltem que essa autonomia se insere dentro de certos limites definidos pelas agências de fomento.

Thiesen *et al*. (2019) sugerem que essa "autonomia" universitária é, na verdade, moldada por pressões de *rankings* e modelos educacionais globais que podem desconsiderar vocações locais. Vale ressaltar que os principais sistemas de classificação universitária do mundo penalizam ou bonificam as instituições com base em sua inserção externa, destacando a cooperação internacional e a mobilidade acadêmica como pilares fundamentais para o posicionamento e a mensuração de qualidade das instituições em escala global (Quacquarelli Symonds, 2026; Times Higher Education, 2026; Hazekorn e Gibson, 2018; Wilhelm *et al.*, 2026).

A expressão "autonomia vigiada" é utilizada por Knobel *et al.* para caracterizar o programa Capes-PrInt, pois embora o programa permitisse que as universidades elaborassem seus próprios planos estratégicos, ele exercia controle indireto exigindo que pelo menos 70% dos recursos sejam destinados a países do Norte Global considerados de "cooperação mais efetiva", o que restringia parcerias com o Sul Global. Somado à exigência de resultados rápidos e mensuráveis em troca do financiamento, esse conjunto de condicionantes revela uma intervenção estrutural que contradiz a retórica da autonomia plena, expondo as tensões entre os discursos de descentralização e os mecanismos efetivos de regulação na política de internacionalização brasileira.

Mattos *et al*. (2020) investigaram os efeitos dos investimentos em bolsas de estudo no exterior sobre os Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas avaliados pela Capes, utilizando dados em painel referentes ao período de 1998 a 2016, e os resultados mostram que houve associação positiva entre o envio de estudantes e docentes ao exterior e a melhoria das notas dos programas, especialmente nas modalidades de doutorado-sanduíche e pós-doutorado. Foi observado também que esse impacto tende a se intensificar ao longo do tempo. É importante ressaltar que, por se tratar de um campo do conhecimento marcado pelo predomínio de estudos qualitativos, a pesquisa contribui ao apresentar evidências quantitativas sobre a relação entre mobilidade acadêmica internacional e qualidade da pós-graduação brasileira.

As motivações para a internacionalização variam conforme o perfil das instituições brasileiras. Com base em *survey* realizado com 90 IES vinculadas à Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), Guerra *et al.* (2023) identificaram que instituições públicas, federais e estaduais, priorizam pesquisa, ciência e tecnologia e qualidade acadêmica em suas estratégias, ao passo que as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, enfatizam a preparação dos estudantes para o mundo globalizado e o desenvolvimento da cidadania global.

A partir de um estudo de caso comparativo entre instituições públicas, privadas e filantrópicas do Paraná, Almeida *et al.* (2021) corroboram esses achados, reforçando que cada segmento atribui significados diferentes à internacionalização, as instituições públicas a associam a *rankings*, avaliações externas e produção científica, enquanto as privadas enfatizam a mobilidade estudantil e o fortalecimento da imagem institucional. Aqui cabe ressaltar que esse padrão encontrado se diferencia do modelo predominante em contextos norte-americanos e europeus, marcado por uma lógica essencialmente mercantilista. (Almeida *et al*., 2021; Guerra *et al.*, 2023).

Maués e Andrade (2020) denunciam a exclusão da Região Norte nos programas de fomento como o PrInt, deixando claro que os critérios dos editais tendem a reforçar as desigualdades históricas em relação ao Sul-Sudeste. Maués e Costa (2020), por sua vez, analisam a influência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da *Teaching and Learning International Survey* (TALIS) na formação docente, identificando uma tendência à padronização do trabalho do professor sob a lógica da eficiência econômica, em detrimento das condições materiais concretas das instituições. Esses artigos sugerem que as políticas de internacionalização não são neutras, elas carregam visões de mundo, projetos de sociedade e interesses que precisam ser constantemente questionados. Ambos concluem que as políticas educacionais atuais servem ao projeto de reforço dos interesses mercantis em detrimento de uma formação humana crítica e libertadora.

Não se pode afirmar que os achados de Maués e Andrade (2020) e Maués e Costa (2020) refutam os dados de Guerra *et al.* (2023) e Almeida *et al.* (2021) no sentido de negar a existência do que foi relatado, mas sim que eles oferecem uma refutação da interpretação neutra ou funcionalista desses dados, propondo uma leitura baseada na crítica ao sistema capitalista. Guerra *et al.* (2023) e Almeida *et al.* (2021) buscam descrever as motivações e a gestão das universidades como elas se percebem, e Maués e seus parceiros utilizam o materialismo histórico-dialético para mostrar que essas mesmas percepções são, na verdade, reflexos de uma lógica de mercado imposta de fora.

Aqui é importante dizer que o estudo de Thiesen (2019) demonstra que essas mesmas racionalidades de mercado e avaliação internacional estão sendo readequadas para a Educação Básica via Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e escolas bilíngues, o que leva o problema para além do campus universitário, transbordando para a Educação Básica também.

3.3 BLOCO TEMÁTICO 2: INTERNACIONALIZAÇÃO CRÍTICA, SUL GLOBAL E DECOLONIALIDADE

Com sete artigos, esse bloco reúne as contribuições que tratam a internacionalização a partir do olhar do Sul Global e da decolonialidade, debatendo o "para quem" e o "a partir de onde" a internacionalização se dá. Parte-se do questionamento da ideia de neutralidade das definições mais usadas e as desigualdades de poder que estão por trás desse processo são apontadas.

Leal *et al.* (2020), em um dos trabalhos teóricos mais completos desse conjunto, propõem uma reflexão crítica sobre como o discurso e a prática da internacionalização tem se desenvolvido na América Latina. Baseado nas ideias de Aníbal Quijano (2000) e Walter Mignolo (2003), os autores defendem que a forma dominante de internacionalização reforça relações de poder e de conhecimento herdadas do colonialismo, tratando o saber produzido no Sul como inferior ou secundário. Como alternativa, propõem que se reconheça o lugar de onde se fala e se valorize os conhecimentos produzidos no Sul Global como condição para uma internacionalização que seja verdadeiramente libertadora.

Essa visão aparece também nos trabalhos de Santos (2017) e Abba e Corsetti (2016), que analisam experiências reais de internacionalização que buscam romper com o modelo dominante. O primeiro trabalho investiga a Universidade Federal para a Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como opções geopolíticas pela integração regional soberana, identificando essas instituições como "braços acadêmicos" da política externa brasileira de integração Sul-Sul. Abba e Corsetti (2016), ao analisarem UNILA e Escola Latino-americana de Medicina (ELAM), em Cuba, mostram que essas instituições

operam sob lógicas de cooperação solidária, contrapondo-se ao modelo mercantilista hegemônico, embora enfrentem a rigidez da legislação nacional e dos critérios avaliativos do INEP/Capes, o que uma entrevistada de Santos (2017) denomina de "camisa de força" legal.

Finardi *et al.* (2020) contribuem com um estudo comparativo que coloca em diálogo a UFES (Sul Global) e a FAU (Norte Global), revelando que a universidade brasileira apresenta uma internacionalização de natureza reativa e colonial, focada no Norte, com baixa reciprocidade, enquanto a universidade britânica foca no ganho financeiro via taxas e *rankings.* Esses estudos trazem o conceito, de Díaz (2018) de *assimetria anglófona*, para descrever a vantagem estrutural de instituições e pesquisadores do Norte na produção e circulação do conhecimento internacional; e a afirmação de Santos (2004), de que a internacionalização do ensino superior é mais benéfica e mais favorável ao Norte do que ao Sul.

Lourenço e Neres (2024) apresentam uma contribuição original ao vincular a internacionalização à extensão universitária e à responsabilidade social, a partir da análise do Programa promovido pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, o UEMS Acolhe, voltado ao acolhimento de migrantes e refugiados. O Programa oferece aulas de português para migrantes e refugiados, sobretudo venezuelanos, promovendo uma *internacionalização em casa,* que será tratada mais detalhadamente no decorrer do artigo, atenta às demandas da comunidade local. A universidade também estimula a mobilidade de estudantes e servidores para instituições da América Latina e recebe estudantes estrangeiros na pós-graduação por meio de editais de financiamento próprios. Em conjunto, essas ações ampliam e democratizam o acesso à experiência intercultural para setores subalternos, fugindo da racionalidade econômica dominante.

Watanabe *et al.* (2023) também compararam duas instituições, a UNILA e a Universidade Federal do ABC (UFABC) e os resultados mostram que a UNILA se destaca por uma perspectiva de internacionalização voltada à integração regional solidária, ancorada na cooperação Sul-Sul e no compromisso com a aproximação entre os países da região. Já a UFABC apresenta uma orientação mais alinhada às tendências globais de regulação e controle, priorizando o atendimento aos padrões de excelência, como os *rankings*, exigidos pelo cenário acadêmico internacional.

Para fechar este bloco temático, nada melhor que o artigo de Souza *et al.* (2020), que apresenta uma entrevista realizada com Jane Knight, pesquisadora reconhecida internacionalmente por estar entre as primeiras a propor uma definição teórica para a internacionalização da educação superior.

Embora Knight defenda uma concepção neutra do termo, posição que contrasta com a de Leal *et al.* (2020), que defendem que o processo é tipicamente político, suas observações sobre a realidade prática do campo vão ao encontro com as críticas levantadas ao longo desta seção. Por exemplo, assim

como Finardi *et al.* (2020), a autora reconhece que a ênfase no recrutamento de estudantes estrangeiros como fonte de receita é uma consequência bastante negativa. Da mesma forma, aponta que a corrida por *rankings* distorce os objetivos da internacionalização, priorizando o prestígio em detrimento dos ganhos acadêmicos reais, preocupação também identificada por Watanabe *et al.* (2023) e Leal *et al.* (2020).

Na entrevista, Knight também alerta para o risco de fuga de cérebros provocada pelas estratégias dos países do Norte Global para atrair talentos do Sul, e para o perigo de a internacionalização se reduzir a um processo de homogeneização da cultura e de ocidentalização. Essa preocupação fundamenta tanto a busca por "outras internacionalizações" proposta por Leal *et al.* (2020) quanto às práticas contra-hegemônicas discutidas por Abba e Corsetti (2016) e Santos (2017). Ao afirmar que "um tamanho não serve para todos", a autora reforça a necessidade de políticas institucionais que estejam voltadas ao contexto local, o que Lourenço e Neres (2024) e Santos (2017) também defendem em seus artigos.

3.4 BLOCO TEMÁTICO 3: MOBILIDADE, EXPERIÊNCIAS E INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA

O terceiro bloco é composto por sete artigos que, de maneira geral, estabelecem entre si uma relação de complementaridade e evolução crítica. Os trabalhos mais recentes partem das limitações e críticas ao modelo tradicional de mobilidade acadêmica, identificadas anteriormente, para defender uma reorientação da internacionalização em direção a modelos virtuais mais adequados ao contexto brasileiro, principalmente após a pandemia de covid-19.

A passagem da mobilidade física para modalidades virtuais de internacionalização é um movimento que ganhou impulso tanto pelos efeitos da pandemia quanto pelas limitações orçamentárias historicamente enfrentadas pelas instituições de ensino superior e pelos próprios estudantes (Zago; Bittencourt, 2022; Woicolesco *et al.*, 2022b). Assim, a virtualização da internacionalização surge também como uma resposta concreta a uma barreira estrutural já conhecida: a falta de recursos financeiros, que há muito tempo limita o acesso dos estudantes brasileiros às experiências de mobilidade internacional.

Estudos feitos com alunos do curso de graduação em Administração de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), realizados por Maranhão *et al.* (2017), identificaram que a falta de recursos financeiros é o principal motivo pelo qual 38% dos estudantes de graduação nunca realizaram mobilidade internacional. Além disso, os pesquisadores apresentaram um dado que questiona a efetividade das estratégias institucionais de comunicação adotadas pela instituição. Embora 93% dos

estudantes afirmassem ter ouvido falar em internacionalização, a maioria não soube como defini-la ou como participar de seus programas.

A partir de 2016, os investimentos em políticas de internacionalização sofreram retrocessos significativos devido ao enxugamento das contas públicas, comprometendo programas do governo como o Ciências sem Fronteiras (CsF). “Com a crise econômica e o enxugamento de contas, o Ministério da Educação (MEC) anunciou cortes em bolsas destinadas a estudantes da graduação, os quais eram os principais beneficiários do programa” (Zago; Bittencourt, 2022, p. 7).

Cardoso e Ribeiro (2019), reconhecem a contribuição do CsF para a projeção internacional da academia brasileira e pesquisa realizada por Zago e Bittencourt (2022), com base em 34 dissertações e teses sobre o programa, corrobora essa avaliação ao identificar avanços concretos na formação dos estudantes, especialmente no desenvolvimento pessoal e na criação de redes de colaboração acadêmica. No entanto, os mesmos autores apontam limitações estruturais relevantes como: baixa proficiência em línguas estrangeiras, ausência de políticas linguísticas, falta de acompanhamento institucional dos bolsistas durante a experiência internacional, baixa participação das universidades na seleção dos bolsistas e qualidade questionável das vivências, já que muitos estudantes não possuíam planos de estudo vinculados a atividades de pesquisa. Essas fragilidades, segundo Zago e Bittencourt (2022), comprometeram o aproveitamento integral das oportunidades oferecidas pelo programa, apesar de sua grande dimensão e visibilidade.

Apesar dessas limitações, Cardoso e Ribeiro (2019) destacam que os estudantes em mobilidade vão além da simples participação em redes institucionais já estabelecidas, construindo vínculos de cooperação e solidariedade a partir das trocas culturais e intelectuais vividas no cotidiano do intercâmbio. Como os próprios autores afirmam, “Percebe-se que, o intercambista transforma redes de internacionalização universitária em redes solidárias ao dar-lhes continuidade por vias informais, pela valorização da troca cultural e intelectual” (Cardoso; Ribeiro, 2019, p. 95).

Segundo o estabelecido na Conferência Mundial sobre Educação Superior de Paris, as

> instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos (UNESCO, 2009, p. 4).

Dessa maneira, as redes internacionais de universidades passaram a ser vistas como espaço importante para fortalecer o entendimento mútuo e a cultura de paz entre os países, tendo a mobilidade acadêmica como um dos principais instrumentos para alcançar esses fins (Cardoso; Ribeiro, 2019).

Como mencionado no início deste bloco temático, a pandemia de covid-19 impôs uma ruptura no modelo tradicional de mobilidade física, ao mesmo tempo em que abriu caminho para novas formas de internacionalização. No Brasil, as tecnologias de informação e comunicação foram utilizadas para manter o aprendizado internacional e intercultural e a cooperação acadêmica, apontando para a necessidade de uma internacionalização menos elitista e mais acessível (Woicolesco *et al.*, 2022a, 2022b; Hildeblando Junior *et al.*, 2022). Na prática, essa transição se materializou por meio da virtualização da internacionalização em casa, estratégia que permitiu às universidades brasileiras dar continuidade às suas atividades acadêmicas e interculturais mesmo diante do fechamento das fronteiras físicas (Woicolesco *et al*., 2022a).

Fundamentado em um estudo qualitativo realizado com seis universidades brasileiras bem avaliadas no *ranking* Times Higher Education (THE) de 2020, Woicolesco *et al.* (2022a) identificaram que as ações de internacionalização desenvolvidas durante a pandemia contribuíram para um novo modelo sustentável de internacionalização no país, baseado na virtualização na *IaH* (sigla para o termo em inglês *Internationalization at Home*), orientado ao principal objetivo da internacionalização do ensino superior: proporcionar oportunidades para que todos os estudantes desenvolvam perspectivas internacionais e competências interculturais durante sua trajetória formativa. Esse modelo de virtualização é compreendido pelos autores como um novo estágio de desenvolvimento da internacionalização no país.

Esse estágio encontra respaldo prático no estudo de caso de Hildeblando Junior *et al*. (2022), que analisa as *affordances* (possibilidades) da abordagem COIL (*Collaborative Online International Learning*), exemplificando a fase de virtualização estratégica proposta teoricamente por Woicolesco *et al.* (2022a, 2022b). Os resultados apontam como potencialidades da COIL o uso e a aprendizagem de línguas estrangeiras, o fortalecimento das relações Sul-Sul, o desenvolvimento do pensamento crítico, o letramento digital e as competências interculturais, ferramentas que, segundo Guimarães e Hildeblando Junior (2021), contribuem para democratizar a internacionalização do currículo, a partir do contexto da UFES. Os autores identificam dois hiatos que desafiam a internacionalização brasileira: o hiato digital, relacionado à desigualdade de acesso a equipamentos e internet, e o hiato linguístico, decorrente da baixa proficiência em inglês da população universitária. Para enfrentar esses desafios, os autores discutem o papel complementar de recursos como os MOOCs (*Massive Open Online Courses*: cursos online abertos e massivos, acessíveis a um grande número de participantes sem custo ou com custo reduzido) e o EMI (*English as a Medium of Instruction:* uso do inglês como língua de instrução em disciplinas não linguísticas), que ampliam o alcance da internacionalização e contribuem para a superação do hiato linguístico. Entre os desafios operacionais da COIL, destacam-se ainda a

compatibilização dos calendários acadêmicos, a escolha de tecnologias adequadas e a garantia de suporte institucional.

A pandemia de covid-19 acabou funcionando como catalisador, acelerando a adoção dessas ferramentas e consolidando a internacionalização virtual como alternativa viável, potencialmente inclusiva e capaz de dar voz ao Sul Global sem depender de deslocamentos físicos custosos.

3.5 BLOCO TEMÁTICO 4: LÍNGUA, CULTURA E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CURRÍCULO

O quarto bloco temático, o último e de menor volume, é composto por cinco artigos e discute o aspecto linguístico e cultural da internacionalização e seus impactos no currículo. Aqui o foco recai sobre a prática pedagógica e as experiências de estudantes e professores no cotidiano da sala de aula.

Alderete e Malacarne (2024), em estudo bibliométrico que analisou 155 artigos publicados no Portal de Periódicos da Capes entre 2007 e 2023, mostram que essa temática da internacionalização da educação superior brasileira alcançou maior projeção como campo de investigação científica a partir de 2017, com os termos mobilidade, educação, políticas e língua destacando entre os mais recorrentes nas publicações da área. Esse dado já evidencia a centralidade da dimensão linguística nos debates sobre internacionalização, dimensão que está presente em todos os demais trabalhos reunidos neste bloco. Lançado em 2011, o CsF é apontado como um dos principais catalisadores desse crescimento. Ao conceder mais de 101 mil bolsas a estudantes e pesquisadores brasileiros, o programa expôs as fragilidades linguísticas e culturais dos participantes de maneira bastante concreta, constatação que Costa (2018) e Melo (2018) também registram, cada uma a partir de seu contexto institucional.

Esse cenário situa a internacionalização como resposta estratégica às exigências de um mundo cada vez mais globalizado. Morosini (2006) examina a tensão que atravessa esse processo: de um lado, a globalização pressiona as universidades em direção a uma homogeneização que tende a tratar a educação como serviço comercial regulamentado pela Organização Mundial do Comércio (OMC); de outro, a soberania do Estado-nação e as identidades locais resistem a esse movimento. Para pensar esse equilíbrio, a autora recorre ao conceito de *alomorfismo organizacional*, proposto por Vaira (2004), apresentado como o equilíbrio entre os modelos globais homogêneos e as capacidades locais de cada instituição para se adaptar. Essa preocupação com a preservação da identidade local é sustentada por Michels e Fernandes (2024) que, a partir do relato do processo de construção da identidade internacional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mostram como a tradução institucional para o inglês pode projetar a universidade brasileira globalmente sem apagar sua cultura e estrutura próprias.

As línguas estrangeiras aparecem como elemento central do processo de internacionalização. Melo (2018) as descreve como um dos principais "passaportes" para o sucesso da internacionalização e, em seu estudo bibliométrico sobre o assunto, Alderete e Malacarne (2024) observam que o termo "línguas" aparece como um dos mais importantes nos artigos analisados por eles. Porém, o fato de aprender uma língua estrangeira não se reduz ao domínio da gramática ou do vocabulário técnico. Isso é evidenciado por Costa (2018) ao analisar as experiências de estudantes do Instituto Federal do Piauí (IFPI) que participaram do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) em cinco países. Os relatos indicam que muitos dos desafios enfrentados durante a mobilidade acadêmica estiveram relacionados à adaptação cultural, incluindo dificuldades decorrentes da comunicação não verbal, do desconhecimento de normas sociais locais e da interpretação equivocada de gestos e comportamentos. Para o autor, essas questões poderiam ser trabalhadas previamente no ensino de línguas, contribuindo para uma preparação mais ampla dos estudantes para a experiência internacional.

A discussão proposta por Costa (2018) encontra respaldo no estudo de Melo (2018), desenvolvido no contexto do curso de Letras Português-Francês da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ao abordar o ensino de Francês com Objetivos Universitários (FOU), a autora defende uma formação linguística voltada para as situações concretas que os estudantes encontrarão no ambiente acadêmico internacional, como a elaboração de cartas de motivação, a compreensão de matrizes curriculares e a interação em contextos disciplinares específicos. Adotado como base metodológica do Programa Francês sem Fronteiras, posteriormente incorporado ao Idiomas sem Fronteiras (IsF), o FOU representa uma iniciativa que busca articular competências linguísticas, acadêmicas e interculturais, evidenciando a relevância de políticas linguísticas institucionais para o fortalecimento da internacionalização, o que é fortemente defendido por Morosini (2006) e Alderete e Malacarne (2024).

Além dos impactos na formação dos estudantes, a relação entre língua e cultura também traz implicações para a atuação docente. Costa (2018) observa que muitos professores têm dificuldades em trabalhar aspectos interculturais em sala de aula por não terem vivenciado experiências de internacionalização. As pesquisas das autoras nos permitem perceber que a internacionalização exige sim reformar os currículos estudantis, mas também, investir na qualificação continuada dos professores, de modo a prepará-los para atuar em contextos educacionais cada vez mais interculturais.

No plano institucional, Michels e Fernandes (2024) analisam, a partir da experiência da UFSC, o papel da tradução na internacionalização universitária. Os autores argumentam que iniciativas como a tradução de websites institucionais, a elaboração de um glossário bilíngue e a produção de um guia de redação em inglês vão além de funções meramente técnicas, constituindo instrumentos estratégicos para a construção de uma política linguística e tradutória institucional. Para os autores, esses recursos

contribuem tanto para qualificar a comunicação com parceiros internacionais quanto para fortalecer uma cultura de internacionalização no ambiente universitário. Ao facilitar a integração de estudantes, docentes e técnicos administrativos em contextos acadêmicos internacionais, eles fornecem bases importantes para uma internacionalização mais estruturada e sustentável.

Esse entendimento encontra respaldo em Morosini (2006), para quem a internacionalização não pode se reduzir à mercantilização da educação, mas deve contribuir para a qualidade acadêmica e para a visibilidade soberana das universidades brasileiras. A experiência da UFSC demonstra a efetividade dessa estratégia, o *site* em inglês registrou mais de 76 mil visualizações de 180 países em apenas quatro meses. Apesar desses avanços, os autores destacam um retrocesso significativo ocorrido em 2018 pelo Decreto nº 9.262, que extinguiu o cargo de Tradutor e Intérprete nas Instituições Federais de Ensino Superior, movimento que Morosini (2006) já antecipava ao apontar a dificuldade do Estado brasileiro em sustentar políticas que tratem a educação como bem público. Nas palavras da autora, o "formalismo e a dependência das políticas estatais dificultam a autonomia do ensino no contexto da internacionalização da educação superior" (Morosini, 2006, p. 107).

É nesse contexto, de conquistas pontuais, mas também de fragilidades estruturais, que se situam os resultados desta pesquisa, apresentados a seguir não como um fechamento, mas como um retrato parcial de um campo ainda em consolidação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que o crescimento mais expressivo das publicações sobre a internacionalização do ensino superior no Brasil ocorreu a partir de 2016, com pico em 2020, período que coincide com a pandemia de covid-19 e com a consolidação do Capes-PrInt como principal programa de incentivo à internacionalização. A concentração das produções na área de Educação/Pesquisa Educacional e em um conjunto restrito de autores e instituições, a predominância do inglês indicam um campo em crescimento, mas ainda em processo de consolidação de suas redes e comunidades de prática.

A organização dos artigos em quatro blocos temáticos permitiu identificar tendências consolidadas, lacunas persistentes e tensões conceituais e políticas. O primeiro bloco evidencia a transição de políticas voltadas à mobilidade individual para estratégias institucionais mais amplas, ao mesmo tempo em que expõe desigualdades regionais e a dependência das instituições em relação às agências de fomento. O segundo aponta para a necessidade de um debate crítico e decolonial que pressione os modelos hegemônicos e que proponha alternativas fundadas na solidariedade, na equidade e na soberania epistêmica do Sul Global. O terceiro mostra como a pandemia acelerou formas virtuais

de internacionalização em casa, reduzindo a centralidade da mobilidade física. O quarto trata da dimensão linguístico-cultural do processo, destacando a importância das políticas de língua, da formação intercultural e da tradução institucional.

A sub-representação de instituições do Norte e Centro-Oeste reforça a necessidade de políticas que considerem as assimetrias regionais, em vez de adotar critérios universais que tendem a favorecer universidades já consolidadas. A expansão dos modelos virtuais de internacionalização, como COIL, MOOCs e IaH virtualizada, indica a viabilidade de estratégias de baixo custo que ampliam o acesso de estudantes sem condições para a mobilidade física, desde que haja investimento institucional em infraestrutura digital e políticas linguísticas. O predomínio do inglês e a crítica decolonial sugerem que as universidades brasileiras precisam equilibrar a busca por visibilidade internacional com a valorização das produções em português e com parcerias horizontais no Sul Global, evitando reproduzir relações de dependência acadêmica.

Entre as principais lacunas identificadas, destacam-se: a escassez de estudos que considerem a perspectiva dos estudantes sobre seus percursos de internacionalização; a sub-representação de instituições de regiões periféricas; a ausência de dados sobre o impacto de longo prazo dos programas de mobilidade; e a necessidade de pesquisas interdisciplinares que articulem educação superior, relações internacionais e estudos decoloniais.

Pesquisas futuras poderão ampliar o corpus e incorporar técnicas de análise de redes bibliométricas, como as oferecidas pelo VOSviewer e pelo Bibliometrix, aprofundando a compreensão da estrutura intelectual do campo, de suas influências teóricas e das conexões de colaboração entre pesquisadores e instituições.

Por fim, o campo da internacionalização do ensino superior no Brasil é marcado pela coexistência de visões distintas sobre definições, prioridades, modelos e projetos de universidade. Como se propôs este estudo, compreender essas disputas torna-se fundamental para que pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas possam construir caminhos mais conscientes para a internacionalização, considerando não apenas seus resultados acadêmicos, mas também seu compromisso com a diversidade, a equidade e a responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

ABBA, Maria Julieta; CORSETTI, Berenice. Contribuições para uma internacionalização da educação superior desde e para a América Latina: a experiência da UNILA e da ELAM. Educação por Escrito, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 181–200, jul./dez. 2016. DOI: https://doi.org/10.15448/2179-8435.2016.2.24849

ALDERETE, Jorge Luiz de Mendonça Ortellado; MALACARNE, Vilmar. Internacionalização do ensino superior: Um estudo bibliométrico da produção brasileira. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 19, n. 00, e024092, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.18564

ALMEIDA, Marcia Cristina Alves dos Anjos; SANT'ANNA, Ângelo Márcio Oliveira; LIMA, Edson Pinheiro de. Internacionalização no ensino superior e o Brasil como case study. Administração: Ensino e Pesquisa, [S. l.], v. 22, n. 1, 2021. DOI: https://doi.org/10.13058/raep.2021.v22n1.1939

ALTBACH, Philip G. Globalization and the university: myths and realities in an unequal world. Tertiary Education and Management, v. 10, n. 1, p. 3-25, 2004. DOI: https://doi.org/10.1023/B:TEAM.0000012239.55136.4b

ALVES, Guilherme Krause. Avaliação da internacionalização da educação superior: proposição de indicadores e mapeamento de processos. Navus: Revista de Gestão e Tecnologia, Florianópolis, v. 7, n. 4, p. 63-76, out. 2017. DOI: https://doi.org/10.22279/navus.2017.v7n4.p63-76.549

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARDOSO, Antônio Dimas; RIBEIRO, Maria João Alves. O papel do intercambista em redes de internacionalização do ensino superior. Revista EDaPECI, São Cristóvão, v. 19, n. 1, p. 95–106, jan./abr. 2019. DOI: https://doi.org/10.29276/redapeci.2019.19.110198.95-106

DÍAZ, Adriana. Challenging dominant epistemologies in higher education: the role of

FINARDI, Kyria Rebeca; SEMBIANTE, Sabrina; AMORIM, Gabriel; VERONEZ, Thiago. Internationalizations in two loci of enunciation: the South and Global North. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 22, n. 3, p. 591–611, jul./set. 2020. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8659311

GUERRA, Lizângela; NODARI, Christine Tessele; MAILLARD, Nicolas. Quais razões motivam a internacionalização das instituições de educação superior brasileiras? Análise de instituições vinculadas a uma associação de educação internacional. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, [S. l.], v. 31, 2023. DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.31.7547

GUIMARÃES, Felipe Furtado; HILDEBLANDO JÚNIOR, Carlos Alberto. Digital resources and English as an additional language in higher education: possibilities for internationalization. Ilha do Desterro, Florianópolis, v. 74, n. 3, p. 269–297, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2021.e80233

HAZELKORN, Ellen; GIBSON, Andrew. Rankings and the reshaping of higher education: the battle for world-class excellence. 2. ed. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2018. DOI: 10.1057/9780230306394

HILDEBLANDO JÚNIOR, Carlos Alberto; FINARDI, Kyria Rebeca; EL KADRI, Michele. Affordances da COIL para a internacionalização do ensino superior: um estudo de caso. Revista da Anpoll, Florianópolis, v. 53, n. 1, p. 253-272, jan./abr. 2022. DOI: https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i1.1615

KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. Journal of Studies in International Education, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004. DOI: https://doi.org/10.1177/1028315303260832

KNIGHT, Jane. Internationalization: elements and checkpoints. Ottawa: Canadian Bureau for International Education, 1994. (CBIE Research, n. 7). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240056366_Internationalization_Elements_and_checkpoints.

KNOBEL, Marcelo; LIMA, Manolita Correia; LEAL, Fernanda Geremias; PROLO, Ivor. Desenvolvimentos da internacionalização da educação superior no Brasil: da mobilidade acadêmica internacional à institucionalização do processo na universidade. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 22, n. 3, p. 672-693, jul./set. 2020. DOI: https://doi.org/10.20396/etd.v22i3.8659332

language in the geopolitics of knowledge (re) production. In: Multilingual Education

LEAL, Fernanda; MORAES, Mário Cesar Barreto Moraes; OREGIONI, Maria Soledad. Questionando o discurso e a prática de internacionalização da educação superior predominantes na América Latina. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 28(132), 2020. DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.28.3904

LIMA JÚNIOR, Antônio Ferreira; STALLIVIERI, Luciana. Programas de mobilidade acadêmica internacional como instrumentos de promoção do desenvolvimento internacional: O caso do PEC-PG. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 28(174). 2020. DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.28.5178

LOURENÇO, Rosenery Loureiro; NERES, Celi Correa. Práticas sociais para uma internacionalização crítica e decolonial na universidade pública. Educar em Revista, Curitiba, v. 39, e94759, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1984-0411.94759

MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de A.; DUTRA, Isadora Iannini Cota; MARANHÃO, Roberto Kaehler de Albuquerque. Internacionalização do ensino superior: um estudo sobre barreiras e possibilidades. Administração: Ensino e Pesquisa, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 9–38, jan./abr. 2017. DOI: https://doi.org/10.13058/raep.2017.v18n1.458

MATTOS, Luiza Karam de; FLACH, Leonardo; MELLO, Pedro Antônio de. Políticas educacionais de bolsas para o ensino superior, internacionalização e avaliação da pós-graduação brasileira: Um estudo com regressão em painel. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, [S. l.], v. 28, p. 85, 2020. DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.28.4738

MAUÉS, Olgaíses Cabral; ANDRADE, Antonia Costa. A internacionalização dos programas de pós-graduação em educação na região Norte do Brasil: políticas, estratégias e ações. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 22, n. 3, 2020. DOI: https://doi.org/10.20396/etd.v22i3.8659327

MAUÉS, Olgaíses Cabral; COSTA, Maria da Conceição dos Santos. A OCDE e a formação docente: a TALIS em questão. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 99–124, 2020. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i41.7255

MELO, Ticiana Telles. O francês com objetivos universitários na formação de futuros professores da Universidade Federal do Ceará. Entrepalavras, Fortaleza, v. 8, n. 3, p. 352–363, out./dez. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-31262

MICHELS, Paula E.; FERNANDES, Lincoln P. Internacionalização e tradução institucional na UFSC: construção de uma identidade universitária em língua inglesa. Ilha do Desterro, Florianópolis, v. 74, n. 3, p. 241–268, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2024.e98037

MIGNOLO, Walter D. Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOROSINI, Marilia Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. Educar em Revista, Curitiba, n. 28, p. 107-124, jul./dez. 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200008

MOROSINI, Marília Costa; MENTGES, Manuir José. Organismos internacionais e educação superior: proposições da Agenda E2030. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 22, n. 3, p. 632–650, jul./set. 2020. DOI: https://doi.org/10.20396/etd.v22i3.8659308

MOROSINI, Marília Costa; WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle; MARCELINO, Jocelia Martins; HATSEK, David José Rodrigues. Estratégias de internacionalização de universidades brasileiras participantes do Programa Capes PrInt. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 31(82), (2023). DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.31.7886

QUACQUARELLI SYMONDS (QS). QS World University Rankings 2026: methodology. London: Quacquarelli Symonds, 2026. Disponível em: https://www.topuniversities.com/world-university-rankings/methodology

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

SANTOS COSTA, Giselda dos. Language & culture in English as a foreign language teaching: a socio-cultural experience of some exchange students from Piauí Federal Institute. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. esp. 1, p. 379–390, 2018. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.nesp1.v13.2018.11427

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Eduardo. Internacionalização da educação superior: a opção geopolítica pela integração regional nos casos da UNILA e da UNILAB. Laplage em Revista, Sorocaba, v. 3, n. 3, p. 30-51, set./dez. 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756523005

SOUZA, Claudia Schiedeck Soares de; ABBA, Maria Julieta; STRECK, Danilo Romeu. Internationalization as a process of change: an interview with Jane Knight. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 22, n. 3, p. 529–537, jul./set. 2020. DOI: https://doi.org/10.20396/etd.v22i3.8659365

THIESEN, J. da S. Estratégias de internacionalização da educação e do currículo: Das universidades aos territórios da Educação Básica. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, [S. l.], v. 27, p. 58, 2019. DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.27.3622

TIMES HIGHER EDUCATION (THE). World University Rankings 2026: methodology. London: Times Higher Education, 2025. Disponível em: https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/methodology

UNESCO. Paris, 2009. Conferência Mundial Sobre Educação Superior. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192

VAIRA, Massimiliano. Globalization and higher education organizational change: a framework for analysis. Higher Education. Kluwer Academic Publishers, v .48, p. 483-510, 2004. DOI: https://doi.org/10.1023/B:HIGH.0000046711.31908.e5

WATANABE, Marcio; CIPRIANI, Andreza; HEINZLE, Marcia Regina Selpa. Políticas de internacionalização da educação superior: contribuições para o contexto sul-sul. Linhas Críticas, Brasília, v. 29, e47602, 2023. DOI: https://doi.org/10.26512/lc29202347602

WILHELM, Elizane Maria de Siqueira; SANTOS, Celso Bilynkievycz dos; CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto. Modeling the presence of higher education institutions in global rankings: evidence from Brazil using SciVal indicators. Scientometrics, Cham: Springer Nature, 2026. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-026-05626-w

WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle.; MOROSINI, Marilia; MARCELINO, Jocélia M. COVID-19 and the crisis in the internationalization of higher education in emerging contexts. Policy Futures in Education, v. 20, n. 4, p. 433–442, 2022b. DOI: https://doi.org/10.1177/14782103211040913

WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle; CASSOL-SILVA, Carla Camargo; MOROSINI, Marília Costa. Internationalization at Home and Virtual: A Sustainable Model for Brazilian Higher Education. Journal of Studies in International Education, 26(2), 222-239, 2022a. DOI: https://doi.org/10.1177/10283153221076898

Yearbook. 2018. Springer, Cham, p. 21-36, 2018. DOI: 10.1007/978-3-319-77655-2_2

ZAGO, Paula Salete; BITTENCOURT, Zoraia Aguiar. Internacionalização da educação superior: um estado de conhecimento sobre o programa Ciência sem Fronteiras. Educação por Escrito, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1–15, 2022. DOI: https://doi.org/10.15448/2179-8435.2022.1.36989